



REFLEXÕES SOBRE O NOVO MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO A PARTIR DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA COPASA

Gabriel Lisboa de Melo; Luciano Fernandes Silva; Haira Emanuela Gandolfi

1. INTRODUÇÃO

A irreversibilidade das catástrofes ambientais exige transformações políticas e sociais profundas (Stengers, 2015). Nesse contexto, a educação (inclusive científica) assume um papel crucial na formação de sujeitos críticos e politicamente engajados (Ariza et al., 2021). No entanto, iniciativas educacionais comprometidas com a justiça socioambiental frequentemente enfrentam obstáculos, especialmente quando empresas – muitas delas responsáveis por impactos socioambientais – adentram o espaço escolar com propostas de cariz educativo que podem conflitar com os interesses das comunidades afetadas (Loureiro e Lima, 2012; Eaton e Day, 2019). Essa dinâmica é particularmente relevante no Brasil, onde desigualdades históricas intensificam injustiças socioambientais, muitas delas geradas por essas mesmas corporações. O setor de saneamento básico ilustra bem essas contradições, pois a sua precariedade implica em profundos impactos socioambientais.

No Brasil, o acesso ao saneamento básico é um direito fundamental e existem disputas políticas e pressões pela sua privatização. Até 2033 espera-se universalizar o acesso a esses serviços no país, mas dados recentes mostram que a meta está longe de ser alcançada: milhões ainda carecem de água tratada e de coleta e tratamento de esgoto, especialmente em áreas rurais e comunidades historicamente marginalizadas (Sousa, 2020). Minas Gerais, local deste estudo, apresenta disparidades de acesso a tais serviços, sobretudo entre zonas urbanas e rurais. Diante dessas injustiças socioambientais, é imprescindível promover discussões que engajem politicamente as pessoas, sobretudo nos espaços formais de ensino. Nesse contexto, destacamos a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), empresa de capital misto, que promove iniciativas socioambientais por meio do programa Pró-Mananciais. Este programa combina ações como plantio de mudas e proteção de nascentes, com iniciativas em escolas.

A literatura aponta que as iniciativas de empresas nas escolas frequentemente priorizam mudanças comportamentais individuais e discursos alinhados aos interesses corporativos, em detrimento de reflexões sobre as injustiças socioambientais. Além disso, marginalizam a participação política de estudantes, reforçando uma lógica de atuação local e individualizada. No Brasil, casos semelhantes são encontrados na literatura em diversos setores, como o petroquímico, minerador, energético e do agronegócio, com críticas à privatização do espaço escolar e à redução da autonomia pedagógica (Loureiro e Lima, 2012; Eaton e Day, 2019). Analisar a atuação da Copasa no campo educativo, especialmente em comunidades vulneráveis, torna-se, portanto, fundamental para compreender as contradições e disputas que permeiam as relações entre empresas e escolas diante das questões socioambientais. Com o Novo Marco do Saneamento Básico, estabelecido em 2020, cresce o tensionamento entre os interesses públicos e privados. Por um lado, temos a população em condições de vulnerabilidade demandando pelo cumprimento de direitos básicos e de outro empresas visando lucro. Na medida em que essas empresas propõem práticas educativas para tratar de assuntos pertinentes aos seus empreendimentos, que envolvem as questões socioambientais, podem precarizar discussões importantes e fragilizar a formação da população para lutar



por esses direitos. Portanto, propomos a seguinte questão: que perspectivas pedagógicas se apresentam diante da relação entre empresa e processo educativo, no contexto do Novo Marco do Saneamento Básico? Para respondê-la, objetivamos: analisar possíveis implicações pedagógicas do Novo Marco do Saneamento Básico a partir das ações de Educação Ambiental do Programa Pró-mananciais, da Copasa, em uma escola de educação básica.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo é de cunho qualitativo e tem como base dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação de uma escola de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, localizada em um distrito no sul do estado de Minas Gerais, e participantes do programa Pró-mananciais, da Copasa. Foram entrevistados três educadores, sendo um supervisor pedagógico, uma professora de biologia e um professor de geografia (ex-diretor) e dois representantes do comitê local do programa. Roteiros distintos foram preparados, abordando formação, experiências, percepções sobre as ações do comitê local, questões socioambientais e iniciativas educacionais do programa. As entrevistas, gravadas e transcritas, foram analisadas com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 2009).¹ Esses dados foram utilizados como base para tecer reflexões sobre o Novo Marco do Saneamento Básico e possíveis implicações ao processo educativo.

3. RESULTADOS E ANÁLISES

Desde o estabelecimento do Marco Legal do Saneamento Básico em 2007, o dispositivo prevê práticas educativas: o artigo 49, inciso XII, define como objetivo “promover educação ambiental destinada à economia de água pelos usuários”. A ausência de diretrizes pedagógicas explícitas é preocupante, pois abre espaço para que empresas atuem em escolas sob a justificativa de promover debates socioambientais, sem fomentar reflexões aprofundadas que englobem aspectos sociais, ambientais, históricos e políticos. Em linhas gerais, as legislações brasileiras carecem de orientações mais críticas, conforme apontado por Rodrigues e Guimarães (2011), que, ao analisar a Política Nacional de Educação Ambiental, argumentam prevalecer uma concepção pedagógica pragmática e centrada na conservação da natureza, em detrimento de perspectivas críticas.

Um exemplo é o programa Pró-mananciais, no qual, a partir de entrevistas e observações, identificamos ações pouco comprometidas com abordagens críticas de Educação Ambiental. Em geral, a escola investigada foi utilizada para a reprodução de narrativas da companhia na comunidade. As ações do programa (e.g. palestras e visitas técnicas) buscavam formar *multiplicadores ambientais* e centravam-se em mudanças individuais (plantar árvores, separar resíduos), alinhando-se ao modelo descrito por Loureiro e Lima (2012), que desloca a responsabilidade socioambiental do coletivo para o âmbito individual e técnico, invisibilizando a dimensão política. As propostas mostraram-se reducionistas, e reforçavam termos como *sensibilização* e *conscientização*, associados à transmissão de informações e imposição de normas, sem incentivar reflexões mais profundas. A ausência de discussões voltadas para o papel que a companhia deveria exercer na comunidade chamou a atenção. Apesar da longa relação entre a Copasa e a escola, os alunos não tinham acesso a água potável e a comunidade carecia de serviço de tratamento de esgoto. Embora a empresa tenha lançado o

¹ Para mais informações, acesse: <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/3699>



programa Universaliza Minas em 2023, com investimento de R\$ 400 milhões para atender 360.000 pessoas em 641 localidades (incluindo parcialmente a comunidade em questão), até 2033, nos anos de 2023 e 2024 foram pagos dividendos anuais próximos de R\$1 bilhão. Logo, é contrastante a falta de prioridade dada às comunidades menos rentáveis economicamente.

Com o Novo Marco do Saneamento Básico, foi oficializada a possibilidade de concessões dos serviços ao setor privado, abrindo margens para a intensificação da privatização de companhias públicas, como se pretende em Minas Gerais. Essas privatizações favorecem interesses econômicos em detrimento das demandas sociais, pois como apontado por Loureiro e Lima (2012), os interesses econômicos e socioambientais são inconciliáveis. Se no contexto de uma empresa mista, cujo Estado está presente e deveria priorizar o engajamento político da população (em via de exigir direitos básicos) em suas práticas educativas, isso não acontece, cabe questionar como será com o avanço das privatizações. Logo, a ausência de debates críticos sobre saneamento básico, especialmente em regiões afetadas pela precariedade nesses serviços, pode dificultar o engajamento sociopolítico a fim de exigir que sejam dadas as devidas prioridades por parte das lideranças.

4. CONSIDERAÇÕES

As ações conduzidas pela Copasa na escola abordaram questões socioambientais de forma reducionista, centrando-se em mudanças comportamentais individuais e evitando discutir as causas estruturais ligadas ao modelo capitalista. Os resultados evidenciam a urgência de se regulamentar a entrada de interesses corporativos no espaço escolar e de se fomentar uma educação ambiental verdadeiramente crítica, que priorize a formação política e a exigibilidade de direitos frente à avançada privatização do setor. Para tanto, entendemos ser primordial que temas socioambientais, como este ligado ao setor do saneamento básico, sejam abordados criticamente nos espaços escolares e que os profissionais da educação, inclusive de disciplinas das Ciências da Natureza, se posicionem diante das influências de empresas nas escolas.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O segundo autor foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Código de Financiamento 311551/2021-1.

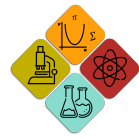
REFERÊNCIAS

ARIZA, M. R. et al. Socio-scientific inquiry-based learning as a means toward environmental citizenship. *Sustainability*, [S.l.], v. 13, p. 11509, 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

EATON, E. M. e DAY N. A. Petro-pedagogy: fossil fuel interests and the obstruction of climate justice in public education. *Environmental Education Research*, v. 26, n4, p. 457-473, 2020.

LOUREIRO, C.F.B e LIMA, M.J.G.S de. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de Educação Ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. *Revista Contemporânea de Educação*, n.14, 2012.



SOUSA, A. C. A. O que esperar do novo marco do saneamento? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 12, p. e00224020, 2020.

STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima. Cosac & Naify, 2015.

RODRIGUES, J. N.; GUIMARÃES, M. Políticas Públicas e Educação Ambiental na Contemporaneidade: uma análise crítica sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental, 15(2), 13–30, 2011.